

Estudo de caso: o ensino superior das artes e da cultura

A REFORMA das Instituições de Ensino Superior das Artes e da Cultura — IES de A&C, como as chamaremos aqui, por semelhança com a sua designação inglesa (*High Education Institutions in Arts and Culture, HEI A&C*) — entrou na ordem do dia na UE acompanhando o processo de Bolonha e decorrendo, em parte, dele. Mas ganhou nova relevância quando a KEA European Affairs divulgou, em 2006, o estudo feito para a Comissão Europeia sobre *A Economia da Cultura na Europa*, acompanhado, no mesmo ano, pelo *Handbook of the Economics of Art and Culture*, editado por Ginsburgh e Throsby na Elsevier. Em Portugal, também o Ministério da Cultura encomendou à Augusto Mateus & Associados o estudo *O sector cultural e criativo em Portugal*, apresentado em Janeiro de 2010. Todos estes contributos sublinham a importância crescente das actividades artísticas e culturais nas economias contemporâneas, e chamam directa ou indirectamente a atenção para as formações superiores hoje oferecidas nas áreas das artes e da cultura. Problema metodológico: em Portugal, o “ensino superior artístico”, disperso por universidades e politécnicos, é historicamente percebido como distinto do “ensino superior da cultura”, mais concentrado em universidades, ora em faculdades de Letras, ora de Ciências Humanas. O presente texto refere-se em primeiro lugar ao “ensino superior artístico”, embora parte do que aqui dizemos respeite igualmente ao “ensino superior da cultura” tal como o encontramos nas instituições portuguesas.

O sector é minoritário no seu grupo de pertença (o Ensino Superior português globalmente considerado): representa cerca de 50 instituições que ministram cerca de 320 cursos a cerca de 20.000 alunos. Mas os desafios que se lhe colocam em termos de sobrevivência, expansão e actualização são comuns a outros sectores do ensino superior, o que o transforma num *case study* estimulante.

A par e passo com a sua reforma legislativa do ensino superior em Portugal, o Governo encomendou a um painel internacional de especialistas (dirigido por Abrar Hasan, chefe da Divisão de Políticas da Educação da OCDE

até 2007), um estudo sobre a reforma das IES de A&C. O resultado desse trabalho, que envolveu diversos contactos com o universo interessado e tratamento de dados de diversas proveniências, foi apresentado em Julho de 2009 sob o título *Reforming Arts and Culture Higher Education in Portugal, Report of an International Panel of Experts*, e discutido em sessão semipública na Casa da Música, no Porto. É sobretudo a esse relatório que o presente texto faz referência; não tenta fazer uma síntese das suas ideias principais, que não caberiam aqui: usa-o como um comensal com um palito na mão usaria num almoço-volante uma travessa de *bors d'oeuvre* ou de *appetizers*. Desde então ficou-se à espera que o ministério de tutela elaborasse um “livro branco” sobre o mesmo tema, que servisse de “documento-guia” para a reforma do sector.

Tensões históricas

Existe uma tensão histórica entre o ensino das artes (e da cultura, embora aqui menos acentuada) e os restantes ensinos, tensão que também se manifesta em Portugal mas está longe de ser “portuguesa”. A aprendizagem nas artes *faz-se fazendo*, e representa um modelo de conhecimento *co-construído* por alunos e professores, onde ao *fazer de coisas*

pelos formandos é atribuído um papel decisivo. Pelo contrário, as universidades especializaram-se em pensamento crítico e, salvo no caso de alguns ensinos técnicos e científicos, desprezaram o saber baseado nas práticas. Daqui resultou (em Portugal) uma considerável, mas mal fundada, desconsideração dos ensinos baseados em práticas. O processo de Bolonha veio desafiar centralmente esta dicotomia, mas ela está longe de ser resolvida pelas instituições interessadas.

Quanto à responsabilidade dos poderes públicos, no caso português: em pano de fundo subsiste um irresolvido problema de tutela governativa; as instituições de Ensino Superior Artístico e Cultural dependem (naturalmente) do Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior (MCTES) e pertencem ao sistema binário Universidades/Politécnicos, independentemente de serem públicas, privadas ou cooperativas. Em casos raros, são instituições não-integradas ou criadas por fundações. Mas a defesa, apoio e promoção das Artes e da Cultura nacionais estão atribuídas ao Ministério da Cultura, sendo certo que deveria existir uma estreita articulação — inexistente — entre as políticas que fornecem o sentido estratégico e os meios de acção às IES de A&C, por um lado, e as políticas nacionais que visam implementar as artes e a cultura no país. Por outras palavras, Cultura e MCTES deveriam colaborar na definição das reformas que interessam às IES de A&C e ao país.

Não sugerimos, anotando esta questão, que a tutela destes Ensinos Superiores especializados mude: também não faria sentido que a tutela dos estudos de Engenharia passasse para as Obras Públicas, a de Medicina para a Saúde ou a de Direito para a Justiça. Sugere-se, *sim*, que na geração dos meios de acção das instituições de ensino, a tutela do ensino superior concerte interesses e estratégias com outras tutelas próximas, *nacionais e locais*, para aumentar a sinergia e a eficácia das decisões partilhadas por parceiros institucionais no seio do Estado.

Associação representativa do sector

Uma das propostas mais insistentes dos autores do “relatório Hasan” (chamamos-lhe assim para simplificar) é a criação de uma *associação profissional independente que represente globalmente as IES de A&C*. Tal associação, que deveria, na fase de instalação (primeiros cinco anos de existência) ser apoiada pelo MCTES, funcionaria numa das instituições suas fundadoras, teria diversos objectivos e desempenharia diversas funções: representaria o sector junto do Governo e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), fornecendo-lhes consultoria especializada; promoveria a tomada de decisões conjuntas, baseadas em boas práticas nacionais e internacionais; seria responsável pelo planeamento estratégico dos programas de ensino nas IES de A&C, com vista a evitar duplicações de oferta de formação em diferentes escolas, a promover ensinos de especialidade e projectos conjuntos e sequenciais interescolas; criaria uma rede permanente de contactos entre instituições congéneres nacionais e estrangeiras, implementando de forma concreta a maior internacionalização dos ensinos — para o que poderia criar protocolos e consórcios. Em alguns casos, tais protocolos e consórcios poderiam necessitar de apoio financeiro do Governo português e dos governos das instituições parceiras; mas essa associação deveria igualmente protagonizar o *interface* com a indústria, a economia privada e a sociedade civil, em busca de financiamentos não obrigatoriamente oriundos do Estado.

Outros objectivos de tal associação poderiam ser, segundo o “relatório Hasan”: promover a investigação baseada na prática e a criação de um painel de avaliadores dessa investigação (nas áreas de A&C) que funcionaria junto da FCT; participar na gestão de projectos na-

ERA UMA VEZ

A substituição do poder executivo socialista, que governou Portugal durante seis anos consecutivos até 2011, por um governo de coligação PSD/CDS, que extinguiu o Ministério da Cultura, transformando-o em Secretaria de Estado, e colocou o Ensino Superior sob a alçada do Ministério da Educação, não faz prever uma aceleração da reforma do ensino superior das artes e da cultura. As excepcionais circunstâncias de crise orçamental e a obrigação de reduzir drasticamente despesas públicas com o Ensino e a Educação (satisfazendo o memorandum de entendimento com a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu), agravaram essa perspectiva, tornando-a mais longínqua, ou tornando irrelevante a sua urgência. Num clima de governação marcado (na sua versão mais optimista) pelo ditado “Vão-se os anéis, fiquem os dedos”, o sector das artes e da cultura tende a perder relevância entre as prioridades nacionais: dias depois de entrar em funções, o novo governo via a agência de notação Moody's baixar para “lixo” a classificação de Portugal a longo prazo... Por outro lado, ao manter e acentuar a distinção entre os dois subsistemas do Ensino Superior (convidando o Ensino Politécnico a investir em Cursos de Especialização Tecnológica e em formações de curta duração), o novo governo acentua o “design” geral da anterior governação socialista para o sector. Que destino terá em Portugal o programa europeu ERA — “Research, education and innovation are three central and strongly interdependent drivers of the knowledge-based society. Together they are referred to as the knowledge triangle. Research needs to develop strong links with education and innovation”?

cionais ou da União Europeia; criar e actualizar periodicamente um livro branco de boas práticas pedagógicas; promover uma rede de associações culturais e artísticas; representar Portugal internacionalmente, na sua área; participar nas redes internacionais de IES de A&C. Especificamente em matéria de internacionalização do ensino superior de A&C em Portugal, as acções de tal associação poderiam concentrar-se em remover os “plafonds” e outras limitações com que as instituições de ensino travam a inscrição de estudantes estrangeiros em mobilidade nos seus cursos; promover incentivos para oferecer o inglês como língua de ensino de maior número de unidades curriculares; estabelecer formas activas de mobilidade e de cooperação pedagógica e de investigação com países de língua oficial portuguesa, de modo a tornar as IES de A&C na pedra-base de políticas que lidem com a herança cultural partilhada; promover as IES de A&C portuguesas no estrangeiro, aproveitando os meios já disponíveis, designadamente os postos em movimento pelo processo de Bolonha ou dele decorrentes.

Os autores do “relatório Hasan” sublinham que melhorar a imagem interna e externa e as *performances* efectivas das IES de A&C portuguesas não se fará de um dia para o outro, podendo, pelo contrário, dar forma a um longo processo — mas que esse processo deve ser conduzido a nível *institucional* e ser *apoiado pelo Governo*.

Doutoramentos profissionais e por publicação

A legislação que reformou a estrutura formal do Ensino Superior em Portugal proibiu aos Institutos Politécnicos a oferta de cursos de doutoramento e a concessão do grau de doutor, reservando para as Universidades esse terceiro ciclo; mas fê-lo numa altura em que numerosos países europeus discutem a integração da *investigação baseada na prática* nas instituições de ensino, bem como a criação de doutoramentos *profissionais* e *por publicação*. Doutoramentos *profissionais*, ou resultantes de *investigação baseada na prática*, deveriam estar *explicitamente* previstos na lei, em termos como “O grau de doutor pode ser obtido pela apresentação de um corpo de trabalho (por via de publicação, exposição, composição ou *performance*) que ateste a originalidade e o rigor esperados de uma investigação conferente desse grau em

qualquer área” — são termos propostos pelo “relatório Hasan”.

A lei também deveria estabelecer *explicitamente* a possibilidade de o grau de doutor ser concedido a quem tenha publicado, ao longo de um período de tempo convencionado, ensaios ou investigação na sua área de especialidade, e cuja obra seja reconhecida inter pares pela sua qualidade. No caso português, esta possibilidade interessaria em primeiro lugar docentes de A&C que, nascidos entre os anos 50 e 70 do século XX, se qualificaram e se tornaram especialistas num tempo em que não existiam doutoramentos na sua área, mas nem por isso deixaram de publicar com regularidade os seus trabalhos e investigações, tornando-se autores respeitados e de referência inter pares. Nesta matéria, a FCT tem pela frente a aprendizagem de um longo e vasto exercício de humildade; se não se submeter a esse exercício, deitará a perder uma vasta percentagem da investigação nacional.

“ A caminho de doutoramentos profissionais ou por reconhecimento de obra publicada? ”

No caso dos doutoramentos *profissionais* como (no futuro) nos *por publicação*, a não explicitação destas possibilidades pelo legislador leva as universidades a deixarem-se conduzir pelos seus hábitos e cultura instalados, e a empurrar os candidatos ao grau de doutor para investigações literárias em forma de dissertações (o modelo clássico de doutoramento) ou, em certas áreas técnicas, para exposições da investigação experimental e empírica (que também adquire a forma de dissertações).

Certo é que a reforma legislativa limitou a duas figuras (a do *doutorado* e a do detentor do *título de especialista*) a futura contratação de docentes no Ensino Superior (vivemos actualmente um período de transição — imposto por uma comissão parlamentar — até que essa determinação entre em vigor). Mas é conhecida a lentidão habitual dos processos de *doutoramento*, e é previsível que a atribuição de *títulos de especialista* a todos os interessados a quem ele pode ser concedido demore anos (o título é concedido mediante provas públicas concebidas à semelhança das

de segundo e terceiro ciclos).

Muitos artistas e homens de cultura ligados, ou que poderiam ligar-se ao ensino, perceberam estas obrigações como novos obstáculos a tal ligação. Os *doutoramentos baseados em investigação prática e por publicação* ofereceriam outra possibilidade de qualificação a esse universo, que o país se arisca a não valorizar como capital criativo ou capital humano.

Quer no caso dos doutoramentos *profissionais*, quer no dos *por publicação*, o corpo de trabalho acima referido poderia ser acompanhado por um texto que explicita quais as questões de investigação nele envolvidas, que metodologia foi usada para explorar tal investigação, em que consiste a coerência intelectual e criativa presente no corpo de trabalho prático, que meios foram utilizados para testar conclusões preliminares, quais as respostas ou conclusões encontradas, quais os meios de divulgação da investigação concluída. Não faltam às universidades meios para aferir competências e qualificações.

Ainda a investigação

Outro tema muito presente no “relatório Hasan” é o da definição do que seja a investigação na área das Artes e da Cultura: os autores sublinham que a *definição geral de investigação* a faz depender de um critério único, a *produção de novos conhecimentos*. Esta definição, induzida pelas ciências exactas, adapta-se mal à investigação baseada na prática nos domínios das artes e da cultura. Aqui, seria

preferível estender a definição à obtenção de outros resultados; os mesmos autores propõem a seguinte listagem ordenada: a investigação nos domínios das artes e da cultura visa — 1) a produção de novos conhecimentos; 2) a testagem de conhecimentos existentes para determinar os seus limites; 3) a reconstrução de saberes perdidos; 4) a compreensão pública da investigação em artes e cultura.

Para estes autores, a principal dificuldade da avaliação da qualidade da investigação nestes domínios é o estabelecimento de critérios consensuais que permitam fundamentar juízos de valor. E, citando os exemplos da Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e Escandinávia, acabam por preferir o do Reino Unido (*RAE system*), onde *Significação*, *Originalidade* e *Rigor* são os principais critérios de avaliação. Por exemplo quanto à *Significação*, a questão que os jurados se colocam é a de saber em que medida “esta” investigação se tornou ou tornará referência obrigatória para os investigadores no mesmo campo. A preferência por critérios como estes permite salientar duas observações importantes: a primeira é a de que a *investigação baseada na prática* não requer critérios de avaliação radicalmente diferentes dos aplicados na avaliação de *outros tipos de investigação*; a segunda é a de que o juízo inter pares (*peer judgments*) é tão relevante na avaliação das competências necessárias à obtenção de um grau como no aconselhamento e encaminhamento para edição em revistas científicas com expressão internacional. ■

Documentos citados

- Reforming Arts and Culture Higher Education in Portugal, Report of an International Panel of Experts* prepared by Abrar Hasan (chair, Head of Education Policy Division, Directorate for Education, until 2007), Ulrike Blumenreich (researcher with Institut für Kulturpolitik), Bruce Brown (pro-vice-Chancellor at the University of Brughton), Peter Eversmann (University of Amsterdam), Francesco Zurlo (Ph D in Industrial Design at Politecnico di Milano) for the Ministry of Science, Technology and Higher Education, Portugal, 21 July, 2009.
- Instituições contactadas no âmbito do relatório referido:
- FBAUL Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa;
 - FBAUP Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto;
 - Mestrado em Ciências da Comunicação — variante Cinema e Televisão, Universidade Nova de Lisboa;
 - Escola das Artes — Universidade Católica do Porto;
 - Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro;
 - Faculdade de Arquitectura — Universidade Técnica de Lisboa;
 - Departamento de Comunicação e Artes, Universidade do Algarve;
 - ESD, Escola Superior de Dança (IPL);
 - ESML, Escola Superior de Música de Lisboa (IPL);
 - ESTC, Escola Superior de Teatro e Cinema (IPL);
 - Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo (ESMAE) IPP;
 - ESAP, Escola Superior Artística do Porto;
 - Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (IP Leiria);
 - IADÉ, Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing;
 - ESAD, Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.
- The Economy of Culture in Europe*, KEA European Affairs, Outubro de 2006.
- Handbook of the Economics of Art and Culture*, V. Ginsburgh e D. Throsby (eds) Amsterdam, Elsevier, 2006.
- O sector cultural e criativo em Portugal*, Augusto Mateus & Associados, Março de 2010.